

Relatório da Administração - Senhores acionistas: Atendendo às disposições sociais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos semestres findo em 30 de junho de 2016 e 2015. **I. Desempenho Operacional:** As atividades operacionais da Via Certa Financiadora S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos têm por objetivo o financiamento das operações de crédito pessoal e CDC, além de contrato de parceria para emissão do cartão de crédito Lojas Quero-Quero/Verdecard, administrado pela bandeira Verdecard; e cartão de crédito Rede Vivo, emitido e administrado pela bandeira Sigacred, através da aplicação de recursos próprios e coletados de terceiros e partes relacionadas. Em 1º de Novembro de 2015 foi prorrogado o contrato de parceria entre a Financeira com as Lojas Quero-Quero e Verde Administradora de Cartões de Crédito S/A com condições de Não Exclusividade com vigência até 05 de outubro de 2017 e com possibilidades de renovação ao final deste. Após concluir a estruturação de suas operações em 2011, a Financeira passou a operar a partir de março de 2012 no mercado de crédito pessoal e CDC através de novas parceiras fora do Grupo Quero-Quero. **II. Títulos e Valores Mobiliários:** Em atenção ao disposto no artigo 8º da Circular 3.068/01, do Banco Central do Brasil, a Via Certa Financiadora S/A, possui títulos e valores mobiliários classificados como títulos mantidos "para negociação" em 30 de junho de 2016. Adicionalmente a Financeira não operou com instrumentos financeiros derivativos ao longo do semestre. **III. Gestão de Risco Operacional:** Em atendimento a Resolução 3.380/06 do Banco Central do Brasil a Financeira estabeleceu uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais responsável pela identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos da instituição. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada a sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede da Financeira. **IV. Risco de Mercado:** Em consonância com o que prevê a Resolução 3.464/07 do CMN a Financeira implementou uma estrutura para gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado. **V. Risco Sócio Ambiental:** Em atendimento a Resolução 4.327/14 do CMN a Financeira implementou a política de risco sócio ambiental (PRSA) em 1º de junho de 2014. **VI. Gerenciamento de Capital:** A estrutura para gerenciamento de capital da Financeira está definida com base na Resolução CMN 3988/2011 e prevê procedimentos para apuração do Patrimônio de Referência Exigido, Patrimônio de Referência, Índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital. **VII. Ouvidoria:** Esse componente organizacional está implementado desde 30 de setembro de 2007, onde estamos buscando contínuas melhorias para atendimento integral às determinações da Resolução 3.849/10 do Bacen. Atualmente mantemos registrado todas as solicitações efetuadas ao canal de comunicação do 0800 da Ouvidoria. Também deixamos o cliente sempre informado sobre a existência do canal de atendimento e damos o pronto atendimento com a resolução das solicitações dentro dos prazos previstos. Além disso, mantemos atualizados os documentos sociais com as menções sobre a estrutura da Ouvidoria e as atribuições do Diretor de Ouvidoria.

Balancos Patrimoniais em 30/06/2016 e 2015 (Em milhares de reais)					Demonstrações de Fluxos de Caixa dos semestres findo em 30/06/2016 e 2015 (Em milhares de reais)					Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os semestres findo em 30/06/2016 e 2015 (Em milhares de reais)					
Ativo	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2016	2015	Fluxos de caixa das ativ. operacionais	2016	2015	Reserva de lucros	Capit. Soc.	Legal	Estatutária	Lucr. acum.	Total
Circulante	152.279	143.807	Circulante		13.288	12.826	Lucro líquido do semestre	-3.336	3.068	Saldos em 01/01/2015	23.288	1.100	-	-	24.388
Disponibilidades	311	448	Recursos aceitos e emis. de tit. mobiliários		4.609	6.878	Ajustes por:			Destinação dos lucros:	-	-	-	3.068	3.068
Títulos e valores mobiliários	27.983	25.403	Recursos de aceites cambiais	7	4.609	6.878	Constit. provisão p/ oper. cred. liquidação duvidosa	15.546	17.279	Reserva legal	-	154	-	-	(154)
Carteira própria	27.983	25.403	Outras obrigações assemelhadas		8.679	5.948	Depreciações e amortizações	186	151	Divid. mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(728)
Operações de crédito	118.041	111.809	Cobrança e arrecad. de tributos e sociais e estatutárias		134	88	Despesa de imposto de renda e contrib. social	1.866	2.025	Divid. e juros s/capital próprio	-	-	-	-	(2.186)
Sétor privado	125.767	119.134	Sociais e estatutárias		1.862	1.251	Variáveis nos ativos e passivos			Saldos em 30/06/2015	23.288	1.254	-	-	24.542
Provis. p/ oper. de crédito	7.726	(7.325)	Fiscais e previdenciárias		1.059	986	(Aumento) em operações de crédito	(27.741)	(5.111)	Mutações do semestre	-	-	-	-	-154
de liq. duvidosa	5.944	6.147	Outras obrigações - diversas	8	5.624	3.623	(Red.) aum. em outros créditos	233	307	Saldos em 01/01/2016	23.288	1.383	2.291	-	26.962
Outros créditos	5.944	6.147	Exigível a longo prazo		119.347	121.761	(Red.) aum. em rec. de aceites camb. e emis. de títulos	(8.760)	10.364	Aumento de capital conforme AGO de 05.01.2016	10.000	-	-	-	10.000
Outros créditos diversos	5.944	6.147	Recursos aceitos e emis. de tit. mobiliários		119.347	121.761	Aumento/(redução) em outras obrigações	1.082	(1.779)	Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	3.336
Operações de crédito	13.941	14.443	Patrimônio líquido	9	34.786	24.542	Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.085)	(2.910)	Destinação dos lucros:	-	-	-	-	3.336
Sétor privado	34.552	34.830	Capital		33.288	23.288	Caixa líquido / (utiliz. nas) prov. das atividades oper.	(16.337)	23.394	Reserva legal	-	115	-	-	(115)
Provis. p/ oper. de crédito	(20.611)	(20.387)	De domiciliados no país		1.498	1.254	Fluxo de caixa das ativ. de investimento	(178)	(50)	Dividendos pagos	-	-	(2.291)	-	(1.206)
de liq. duvidosa	446	232	Reservas de lucros		167.421	159.129	Aquisição de imobilizado	(178)	(50)	Divid. e juros s/capital próprio	-	-	-	-	(2.015)
Outros créditos	446	232					Caixa liq. proveniente das atividades de invest.	(178)	(50)	Saldos em 30/06/2016	33.288	1.498	-	-	34.786
Outros créditos diversos	446	232					Fluxo de caixa das atividades de financ.			Mutações do semestre	10.000	115	(2.291)	-	7.824
Permanente	755	647					Integralização de capital	10.000	-	<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras</i>					
Imobilizado de uso	599	257					Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	(3.497)	(3.112)						
Imobilizado de uso	1.059	602					Caixa líquido prov. das (utilizado nas) ativ. de financ.	6.503	(3.112)						
Depreciações acumuladas	(460)	(345)					Variável líquida de caixa e equivalentes de caixa	(10.012)	20.232						
Intangível	156	390	Total do passivo e patrim. líquido		167.421	159.129	Caixa e equivalentes de caixa								
Intangível	1.170	1.170					No início do período	38.306	5.619						
Amortizações acumuladas	(1.014)	(780)					No fim do período	28.294	25.851						
Total do ativo	167.421	159.129					Variável líquida de caixa e equivalentes de caixa	(10.012)	20.232						

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1) Contexto operacional: A Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") foi constituída em 20 de agosto de 2001, com a denominação social de Quero-Quero Financiadora S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos e está autorizada a operar com financiamento de operações de compra a prazo, de operações de crédito pessoal e antecipação de recebíveis, através da aplicação de recursos próprios, captados de terceiros e partes relacionadas. Sua constituição, formalizada em Ata de Assembleia Geral de Constituição, recebeu autorização para funcionamento através do despacho de 05 de julho de 2002 do Banco Central do Brasil, publicado no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2002, retificado no dia 15 de julho de 2002, tendo iniciado as atividades operacionais em novembro de 2002. Em 02 de julho de 2012 aprovou em Assembleia Geral a alteração da denominação social para Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento. O processo de alteração foi aprovado em 24 de janeiro de 2013, conforme Ofício 500/2013- BCB/ Deorf/ GTPAL Pt 1201561767 e a nova denominação social foi divulgada no mercado pela Financeira a partir da homologação do registro na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul arquivado em 26 de fevereiro de 2013. As atividades operacionais da Financeira tem por objetivo principal o financiamento das operações de compra a prazo, operações de crédito pessoal e oferta de crédito rotativo aos clientes portadores do cartão de crédito da Via Certa Financiadora S.A. - CFI, através da aplicação de recursos próprios e captados de terceiros. Visando ampliar seu mercado de atuação anteriormente restritos ao Grupo Quero-Quero, com o qual possui contrato de parceria com vigência até 05 de outubro de 2017 com as Lojas Quero-Quero S/A e Verde - Administradora de Cartões de Crédito S/A com condições de não exclusividade, a Financeira concluiu a substituição de todo o parque de tecnologia da informação e contratou consultorias especializadas em, mitigação de riscos, tecnologia da informação e contabilização, passou a operar no mercado de crédito pessoal e CDC através de novas parceiras, as quais representam aproximadamente 30,0% (24,7% em 2015) das operações de crédito da Financeira em 30 de junho de 2016. **2) Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de acordo com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira efetua a revisão das estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. Em 22 de agosto de 2016, a Diretoria executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir desta data. **3) Descrição das principais práticas contábeis:** a. Moeda funcional: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Financeira. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b. Disponibilidades: Disponibilidades são representadas por contas correntes. c. Apuração de resultados: As receitas e despesas são escrituradas pelo regime de competência. d. Títulos e valores mobiliários: De acordo com a Circular nº 3.068 de 08 de novembro de 2001 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) **Títulos para negociação** - adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; (ii) **Títulos disponíveis para a venda** - que não se qualificam como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta de patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa: As operações são classificadas de acordo com as características de garantia e valores individuais envolvidos e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 do CMN. As baixas de operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo registrados posteriormente. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. f. Ativos circulantes e realizáveis em longo prazo: Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos. g. Permanente: O imobilizado de uso é registrado pelo valor de custo. As depreciações são classificadas pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema e equipamentos de processamento de dados. O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, pelo prazo de 05 anos até sua total amortização. Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável (impairment) em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem possibilidade de redução do valor de recuperação dos mesmos. h. Passivos circulantes e exigíveis em longo prazo: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. i. Tributos: Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir.

Emprest. e antecip. de recebíveis	Financia- mento CDC	Outros créd. com caract. de concess. de crédito	Total 2016	Total 2015
Pessoa físicas	85.947	60.419	4.800	151.166
Pessoas jurídicas	8.316	597	240	9.153
Total da carteira	94.263	61.016	5.040	160.319

Emprest. e antecip. de recebíveis

Emprest. e antecip. de recebíveis	Financia- mento CDC	Outros créd. com caract. de concess. de crédito	Total 2016	Total 2015
Total	131.982	126.252	118.041	111.809
Circulante	13.941	14.443	131.982	126.252

Vencimento

Vencimento	Emprest. e antecip. de recebíveis	Financia- mento CDC	Outros créd. com caract. de concess. de crédito	Total 2016	Total 2015
Vencidos					
A partir de 15 dias	20.814	5.431	4.282	30.527	30.629
A vencer					
Até 3 meses	41.179	27.651	758	69.588	68.034
De 3 a 12 meses	30.255	25.924	-	56.179	51.100
De 1 a 3 anos	2.015	2.010	-	4.025	4.200
Após 3 anos	-	-	-	-	1
Total da carteira	94.263	61.016	5.040	160.319	153.964

Provis. p/créd. de liq. duvid. - C.Prazo

Provis. p/créd. de liq. duvid. - C.Prazo	Emprest. e antecip. de recebíveis	Financia- mento CDC	Outros créd. com caract. de concess. de crédito	Total 2016	Total 2015
Total	(21.297)	(4.977)	(2.063)	(28.337)	(27.712)

Operações de crédito em 2016

Operações de crédito em 2016	Provisão 2016	Alíquotas vigentes	Alíquotas vigentes
Nível antecipação de receb. CDC	670	99,472	0,5%
Outros créditos com caract. concess. crédito	255	91,984	0,5%
Total	925	91,984	0,5%

Operações de crédito em 2015

Operações de crédito em 2015	Provisão 2015	Alíquotas vigentes	Alíquotas vigentes
Nível antecipação de receb. CDC	670	99,472	0,5%
Outros créditos com caract. concess. crédito	255	91,984	0,5%
Total	925	91,984	0,5%

Operações de crédito em 2015

Operações de crédito em 2015	Provisão 2015	Alíquotas vigentes	Alíquotas vigentes
Nível antecipação de receb. CDC	670	99,472	0,5%
Outros créditos com caract. concess. crédito	255	91,984	0,5%
Total	925	91,984	0,5%

Operações de crédito em 2015

Operações de crédito em 2015	Provisão 2015	Alíquotas vigentes	Alíquotas vigentes
Nível antecipação de receb. CDC	670	99,472	0,5%
Outros créditos com caract. concess. crédito	255	91,984	0,5%
Total	925	91,984	0,5%

Operações de crédito em 2015

Operações de crédito em 2015	Provisão 2015	Alíquotas vigentes	Alíquotas vigentes
Nível antecipação de receb. CDC	670	99,472	0,5%
Outros créditos com caract. concess. crédito	255	91,984	0,5%
Total	925	91,984	0,5%

Realização: Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

Saldo final crédito tribut. diferido: 6.038 5.521

Valor presente dos créditos tributários: De acordo com o estabelecido no inciso V do artigo 3º da Circular nº 3.171 emitida pelo Banco Central do Brasil, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 16,37% a.a., está representado por R\$ 3.259 (R\$ 3.326 em 2015) referentes ao imposto de renda e R\$ 2.608 (R\$ 1.996 em 2015) referentes à contribuição social.

11) Receita de operações de crédito:

	2016	2015
Receita com juros contratuais	51.903	48.143
Receita com juros de mora e multa	9.374	7.886
Descontos de juros contratuais, juros de mora e multa	(9.952)	(4.831)
Receita com recuperação de crédito (a)	2.558	2.436
Total	53.883	53.634

(a) Valor está apresentado líquido de IOF retido sobre a recuperação.

12) Receita de prestação de serviços: Referem-se basicamente a comissões de intermediação de operações de seguros prestamista e tarifas de operações do cartão de crédito, conforme composição abaixo:

	2016	2015
Receita com comissões sobre vendas de seguros	1.162	820
Tarifas de antecip. de recebíveis e de cobrança	225	194
Receita de serviços prioritários (a)	1.836	1.571
Total	3.223	2.585

(a) Refere-se a tarifa sobre serviços de confecção, de cadastro e tarifas aplicáveis aos cartões. **13) Outras despesas administrativas:** Em 30 de junho de 2016 do montante de R\$ 24.021 (R\$ 22.727 em 2015) referem-se principalmente a custos de transações realizadas com partes relacionadas que totalizam R\$ 17.157 (R\$ 18.639 em 2015), conforme apresentado na nota explicativa nº 15.c.

14) Despesas tributárias:

	Aliquota	2016	2015
Programa de integração social (PIS)	0,65%	306	302
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	4,00%	1.881	1.858
Imposto sobre serviços (ISS)	2,00%	64	52
Total		2.251	2.212

15) Transações com partes relacionadas: Em 30 de junho de 2016 e 2015 os principais saldos de ativos e passivos, bem como das transações que influenciaram o resultado, relativas a operações de captações com partes relacionadas, realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos e volume de operações ou de prestação de serviços de acordo com as condições estabelecidas em contrato entre as partes, e para operações de crédito em condições específicas considerando o volume das operações e prazos de pagamentos, são os seguintes:

	2016							Total
	Lojas Quero	Verde Adm. Cartões	Agrop. Sentinela Coxilhas	Via Certa Particip.	Pessoas Físicas			
Ativo								
Valores a receber (a)	65	-	-	-	-	-	-	65
Operações de crédito	-	-	-	-	10	-	-	10
(Passivo)								
Rec. de aceites camb. (b)	-	-	(1.969)	(712)	(102.260)	-	-	(104.941)
Desp. adm. a pagar (c)	(1.512)	(378)	-	-	-	-	-	(1.890)
Valores a repassar (d)	-	(36)	-	-	-	-	-	(36)
Resultado								
Rec. de aceites camb. (b)	-	-	(120)	(115)	(7.963)	-	-	(8.198)
Receitas de seguro de proteção financeira	268	-	-	-	-	-	-	268
Desp. administrativas (c)	(15.043)	(2.114)	-	-	-	-	-	(17.157)
Receita Operaç. de créed.	-	-	-	-	4	-	-	4
	Luar Partic. Invest. e Serv.S.A.	Scholze Participações S.A.	Scholze Participações S.A.	Hammer Participações S.A.				
(Passivo)								
Rec. de aceites camb.(b)	(2.906)	(436)	(8.740)	(2.111)	-	-	-	(14.193)
Resultado								
Rec. de aceites camb.(b)	(212)	(31)	(375)	(141)	-	-	-	(759)

	2015							Total
	Lojas Quero	Verde Adm. Cartões	Via Certa Adm. de Consorc.	Via Certa Particip. S.A.	Pessoas Físicas			
Ativo								
Valores a receber (a)	25	486	-	-	-	-	-	511
Operações de crédito	5.078	-	-	-	10	-	-	5.088
(Passivo)								
Rec. de aceites camb. (b)	-	-	(1.830)	(784)	(117.033)	-	-	(119.647)
Desp. adm. a pagar (c)	(1.031)	(258)	-	-	-	-	-	(1.289)

	Lojas Quero	Verde Adm. Cartões	Via Certa Adm. de Consorc.	Via Certa Particip. S.A.	Pessoas Físicas	Total
Resultado						
Recursos de aceites cambiais (b)	-	-	(30)	(162)	(7.382)	(7.574)
Receitas de seguro de proteção financeira	170	-	-	-	-	170
Desp. administrativas (c)	(16.492)	(2.147)	-	-	-	(18.639)
Receita Operaç. de créed.	38	-	-	-	1	39
	Luar Partic. Invest. e Serv.S.A.	AAA Partic. Invest. e Serv.S.A.	Scholze Participações S.A.	Scholze Incorp. & Empr. Imob.Ltda	Metalúrg. Hammer Ltda	Total
(Passivo)						
Rec. de aceites camb.(b)	(2.769)	(276)	(742)	(429)	(15)	(4.231)
Resultado						
Rec. de aceites camb.(b)	(180)	(9)	(53)	(9)	(1)	(252)

(a) Valores a receber referente a liquidações de operações de crédito do último dia do semestre a serem repassadas em D+1 e Seguros de Proteção Financeira; (b) Captações através de recursos de aceites cambiais são remuneradas a taxas que variam de 105% a 115% do CDI em 2016 e 2015; (c) Despesas administrativas a pagar referem-se às obrigações pelos serviços prestados na administração de cadastro, cobrança, utilização de sistemas informatizados e arquivo de documentos relacionados às operações de crédito concedidas aos clientes da Financeira com as Lojas Quero-Quero S.A. oriundas do contrato de parceria celebrado entre as partes, com vigência até 05 de outubro de 2017, onde a utilização de base de clientes, canais e da infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros é remunerada com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos e ressarcimento de custos efetivos na utilização de recursos pela Financeira; (d) Valores a repassar - referem-se a recursos liberados a clientes, decorrentes de operações de crédito realizadas no último dia do semestre a serem repassados em D+1. **Remuneração dos administradores:** No semestre findo em 30 de junho de 2016 e 2015, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração fixa conforme as responsabilidades de seus Administradores estavam assim compostas:

	2016	2015
Remuneração	314	286
Encargos sociais	71	64
Total	385	350

Não existem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. Conforme Legislação vigente, não foi concedido empréstimos ou adiantamentos para: (i) Diretores e membros do Conselho, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; (ii) As pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10% (dez por cento), salvo autorização específica do Banco Central do Brasil, em cada caso, quando se tratar de operações lastreadas por efeitos comerciais resultantes de transações de compra e venda ou penhor de mercadorias, em limites que forem fixados pelo CMN, em caráter geral; (iii) As pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10% (dez por cento); (iv) As pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento), quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até 2º grau. **16) Contingências:** a. O valor das contingências possíveis não provisionadas contra a Financeira totaliza em 30 de junho de 2016 o montante de R\$ 537, referente a 93 processos cíveis e tributários (R\$ 349 em 2015), referente a 68 processos cíveis e tributários. **17) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez, abaixo definidos: **a. Gestão de Risco Operacional:** Em atendimento a Resolução 3.380/06 do Banco Central do Brasil a Financeira estabeleceu uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais responsável pela identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos da instituição. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada a sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede da Financeira. **b. Risco de Mercado:** Em consonância com o que prevê a Resolução 3.464/07 do CMN a Financeira implementou uma estrutura para gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado. **c. Risco de Crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para a Financeira, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados. A Financeira entende que o risco de crédito em sua carteira encontra-se mantido em níveis aceitáveis de exposição e possui condições de gerenciamento que mitigue exposições atendendo assim a Resolução CMN nº 3.721/2009, **d. Gerenciamento de Capital:** A estrutura para gerenciamento do capital da Financeira está definida com base na Resolução CMN 990/2011 e prevê procedimentos para apuração do Patrimônio de Referência Exigido, Patrimônio de Referência, Índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital. **e. Risco de Liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Financeira em obter recursos para honrar seus compromissos. O gerenciamento desses riscos é efetuado através de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e limites estabelecidos pela administração, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem "hedge" de suas posições ativas e passivas. A Administração considera como aceitável sua exposição aos riscos descritos acima em 30 de junho de 2016, não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos, bem como não efetuou cessões de crédito no período divulgado. **18) Limite operacional (Acordo da Basileia):** Em 30 de junho de 2016 a Financeira encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 14,15%, a Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos

de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3444/07 e nº 3490/07 do CMN e demais normativos complementares. Ainda, possui Capital mínimo requerido pelo Bacen conforme Resol. 2.697/99, **a. Cálculo do Índice de Basileia:**

Demonstrativo das exigibilidades de capital e do índice de Basileia		2016	2015
Patrimônio líquido		34.786	24.542
B - Patrimônio de referência para fins de limites operacionais		34.786	24.542
Alocação de capital: 1 - Risco de crédito (RWAcpad)		11.734	12.323
2 - Risco de mercado (RWAmpad)		-	-
3 - Risco operacional (RWAopad)		12.536	11.847
C - Patrimônio de referência exigido (1+2+3)		24.270	24.170
D - Alocação de capit. p/ cobertura de risco das operac. sujeitas à variação de taxas de juros não classific. na carteira de negociação		365	279
E - Valor da margem ("B"- "C"- "D")		10.151	93
F - Adicional de Capital Principal		1.536	-
G - Margem sobre o Adicional de Capital ("E"- "F")		8.615	-
H - Patrimônio de Referência Requerido para RWA e para RBAN		24.635	24.448
I - Total das exposições ponderadas pelo risco		24.635	24.448
J - Capacidade de alavancagem: ("E" * 100)/9,875		102.796	849
L - Índice de Basileia: ("B"/("C"/0,11))*9,875		14,15	11,17
M - Índice de Basileia amplo: ("B"/(("C"+"D")/9,875))*100		13,94	11,04

b. Limites Operacionais: O Banco Central estabeleceu conforme Circular nº 3.686/2013 os procedimentos para apuração dos limites e padrões mínimos regulatórios. Em 30 de junho de 2016 as posições da Instituição e exigências normativas para os limites já regulamentados pelo órgão estão demonstradas a seguir:

	Exigência (Exigência/Limite)	Situação	Índice
30/06/2016			
Limites regulamentados			
Compatibilização do Patrimônio de Referência com o Patrimônio de Referência Exigido	24.635	34.786	141,21%
Imobilização	17.393	754	4%
30/06/2015			
Compatibilização do PR com PRE	24.448	24.542	100,38%
Imobilização	12.270	647	5%

Wilmarr Hammerschmitt - Presidente; **Moacir Carlos Engelmann** - Diretor de Operações; **Fábio Von Groll** - Diretor Adm. e Financeiro; **Ademir Rogério Diel** - Diretor de Negócios; **Adelar José Diel** - Contador CRC/RS 062612

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos. Santo Cristo - RS. Examinamos as demonstrações financeiras da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Financeira para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Financeira. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.